

**FORMAÇÃO CONTÍNUA
FORMAÇÃO AÇÃO
MODULAR CERTIFICADA
IN COMPANY**

WWW.IFORMA.PT

Boletim

Materiais de Construção



■ LEGISLAÇÃO

O COMÉRCIO E O ESTADO DE CONTINGÊNCIA

Até 14 de outubro

PEDIDOS DE APOIO PARA PERÍODOS RETROATIVOS

Março a agosto

RELATÓRIO ÚNICO / 2019

Até 31 outubro

■ FISCALIDADE

IRC/IRS – MAIS-VALIAS

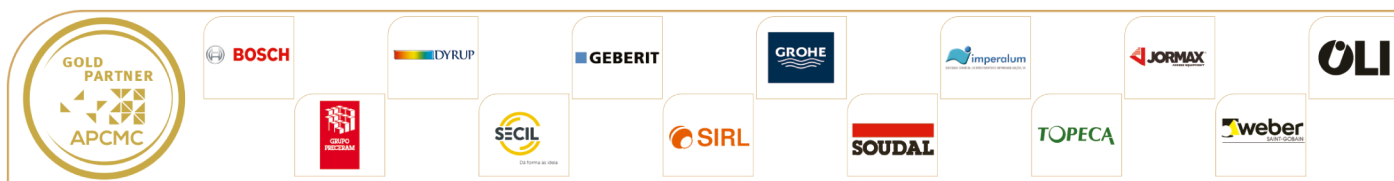
Correção monetária 2020

IRS E IRC

Pagamento de dívidas em prestações

IVA

Taxa intermédia para baixos consumos de eletricidade



■ NOTA DE ABERTURA

“Viver sem trabalhar num país à beira mar”

Era este o título de um dos mais deliciosos livros satíricos dos anos oitenta do século passado, onde o autor, Luís Campos, identificava e retratava, de forma finamente crítica e bem-humorada, toda uma diversidade de esquemas utilizados por diversos grupos da população portuguesa para sobreviver naqueles tempos de pobreza e permissividade que se seguiram à “Revolução dos Cravos”.

Quarenta anos volvidos (estranha coincidência, mas só na duração, com os outros 40 anos da “longa noite”...), muita coisa mudou obviamente, em particular os “esquemas” de então. Só o que não mudou foi a cultura subjacente que, todos os dias, nos esfrega na cara a evidência de que as melhores formas de enriquecer ou de simplesmente “ir levando a vidinha” não são através do trabalho.

A propósito, importa referir que naquela altura, como hoje, trabalho e emprego não são sinónimos. É possível ter muito trabalho sem ter um emprego, da mesma forma como é possível ter um ou vários empregos e nunca trabalhar. Da mesma forma que é possível ter um ou mais subsídios e acumular os mesmos com emprego ou empregos e, por fatalidade, até com trabalho!

Para quem quiser aprofundar a matéria aconselho a leitura do livro, ainda que adquiri-lo só seja possível em alfarrabistas ou na internet.

A situação que hoje vivemos com a COVID-19 e o comportamento da administração pública, maioritariamente paralisada e em casa, fez sobressair alguns dos traços mais negativos do seu funcionamento alheado dos cidadãos, incompetente, ineficaz e



caro, que traduzem bem a cultura do “cada um trata de si e o Estado dos seus” que há muito se instalou. O sacrossanto SNS que se pretende cuidar da saúde pública (e da dos portugueses), que tem cerca de 131 000 profissionais, dedicou-se quase exclusivamente à COVID e desamparou as outras doenças. Os internados nunca ultrapassaram um número a rondar os mil, mas entretanto ficaram por tratar dezenas ou centenas de milhares de outros casos, não se realizaram mais de 2 milhões de consultas de diagnóstico e morreram a mais do que a média dos últimos anos, de março a agosto, quase seis mil portugueses (sem COVID). Conclusão, a falta de resposta do SNS deixou morrer 5 vezes mais portugueses que aqueles que a COVID matou!

Porquê? Porque não funciona e ninguém, a começar pela Ministra da Saúde, gere ou se responsabiliza pelo que se passa. Em maio, o número de fal-

tas ao serviço no SNS rondou as 600 000. Sim, parece inacreditável, mas faltaram em média, todos os dias, mais de 27 000 profissionais. Vinte e tal por cento de absentismo! E não foi certamente por cobardia, uma vez que os números de faltas não andam habitualmente muito longe destes. Faltam, maioritariamente, por motivos de doença. Ao que parece, o SNS nem da saúde dos seus consegue cuidar...

Solução à portuguesa: contratar mais gente.

O governo já anunciou que vai integrar imediatamente mais 3.000 profissionais de saúde no SNS. Provavelmente, nas semanas seguintes, vai aumentar o número de faltas!

COVID-19

■ O COMÉRCIO E O ESTADO DE CONTINGÊNCIA ATÉ 14 DE OUTUBRO

O Conselho de Ministros reunido em 24 de setembro aprovou, via Resolução 81/2020, de 29 de setembro, a prorrogação até 14 de outubro da declaração da situação de contingência em todo o território nacional aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros 70-A/2020, de 11 de setembro, para o período de 15 a 30 de setembro.

RCM esta que, face ao aumento do número de contágios e ao aumento do número de pessoas em circulação resultante do início do ano letivo, em particular nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto (AML e AMP), adotou algumas medidas mais restritivas do que as que tinham vigorado anteriormente a 15 de setembro.

As medidas estão devidamente desenvolvidas na Circular referida infra da CCP, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, cuja Direção a APCMC integra, permitindo-nos apenas destacar infra as respeitantes aos horários de funcionamento e aos horários de trabalho diferenciados de entrada e saída, cuja adoção é recomendada no país e apenas obrigatória na AML (municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira) e na AMP (municípios de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Pa-

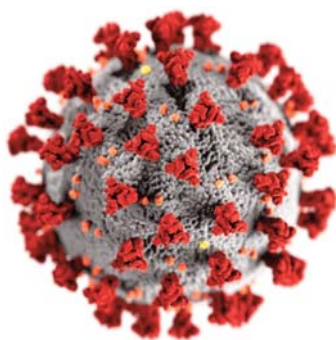


redes, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Valongo, Vale de Cambra, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia).

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

A proibição de abertura em todo o país dos estabelecimentos antes das 10h00 não é nova mas aplica-se APENAS àqueles (em geral, de comércio a retalho e de prestação de serviços) que estiveram encerrados ou com atividade suspensa e retomaram as suas atividades ao abrigo das diversas Resoluções publicadas desde abril p.p. que aprovaram as situações de emergência, calamidade ou alerta.

Não é pois o caso dos estabelecimentos do setor do comércio de materiais de construção, por grosso e ou a retalho, e de prestação de serviços relacionados com a instalação, reparação e manutenção de sistemas e equipamentos diversos, para não falar da indústria propriamente dita, que nunca foram legalmente obrigados a encerrar ou a suspender a atividade.



TELETRABALHO E HORÁRIOS DE TRABALHO DESFASADOS

1. O regime de teletrabalho mantém-se como obrigatório, sempre que as funções o permitam;
2. Não sendo adotado o regime de teletrabalho, as empresas DEVEM (obrigação), relativamente às instalações localizadas na AML e AMP, ou PODEM (recomendação), relativamente às localizadas noutras áreas do País,

Implementar medidas de prevenção e mitigação dos riscos decorrentes da pandemia, adotando nomeadamente, exceto se tal se afigurar manifestamente impraticável:

- Escalas de rotatividade de trabalhadores entre os regimes de teletrabalho e presencial, diárias ou semanais, ou
- Horários diferenciados de entrada e saída, ou
- Horários diferenciados de pausas e de refeições.

A alteração de horário de trabalho, com respeito pelos limites diário e semanal do período normal de trabalho e descansos diário e semanal, é um direito do empregador, decorrente do seu poder de direção, para a qual só precisa do acordo do trabalhador se o horário praticado tiver sido igualmente acordado com ele (não sendo evidência desse acordo o horário estar estabelecido no contrato de trabalho ou a circunstância de ser praticado há mais ou menos tempo).

Para o efeito, a empresa apenas é obrigada a consultar os trabalhadores envolvidos, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da respetiva produção de efeitos, e a afixar o novo horário no local habitual, não tendo que dele dar conhecimento à ACT.

O Conselho de Ministros aprovou entretanto a 17 de setembro, em decreto-lei, o regime de horários desfasados, depois de ter ouvido os parceiros sociais, à presente data ainda não publicado, sabendo-se já, por exemplo, que reduz para 5 dias o prazo de 7 dias supra referido.

Consulte as RCM 81/2020 e 70-A/2020 e a Circular da CCP 131/2020 em www.apcmc.pt

■ PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DE MEDIDAS EXCEPCIONAIS

O Decreto-Lei 78-A/2020, de 29 de setembro, procedeu à alteração e prorrogação de algumas das medidas excecionais aprovadas no âmbito do combate à pandemia do Covid-19.

Assim, o regime de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social é estendido por mais 6 meses, até 30 de setembro de 2021.

Os créditos concedidos a pessoas singulares, como o crédito à habitação, e os créditos concedidos às empresas pertencentes aos setores mais afetados pelo impacto económico da pandemia, continuam a poder beneficiar da suspensão do pagamento de capital, juros, comissões ou outros encargos, durante este período adicional.

As empresas dos setores mais afetados dispõem também de

uma extensão da maturidade dos seus créditos, pelo período de 12 meses, que acresce ao período em que esses créditos foram diferidos por efeitos do presente regime.

O restante tecido empresarial retomará o pagamento de juros a partir de 1 de abril de 2021, beneficiando da suspensão do pagamento de capital até 30 de setembro do mesmo ano.

No âmbito desta alteração, fica proibida aos beneficiários a distribuição de lucros, sob qualquer forma, o reembolso de créditos aos sócios e a aquisição de ações ou quotas próprias, sob pena de cessação imediata das medidas de apoio

Estas medidas aplicam-se de forma automática aos créditos já abrangidos pelo regime da moratória, podendo as entidades beneficiárias opor-se a essa prorrogação ou à extensão de maturidade, quando aplicável, ou solicitar a aplicação da moratória por um período inferior ao que se encontra previsto no decreto-lei.

O regime excecional e temporário relativo aos contratos de seguro passa também a vigorar até 31 de março de 2021, devendo de qualquer modo as seguradoras proceder à divulgação das medidas pelos seus clientes e nos seus portais.

■ **REGRAS NA ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS, FEIRAS, SEMINÁRIOS E OUTROS EVENTOS CORPORATIVOS**

O Despacho 8998-C/2020 do Ministro da Economia, de 18 de setembro, procedeu à atualização das regras aplicáveis à realização de eventos corporativos, em execução da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) 70-A/2020, de 11 de setembro, que declarou o Estado de Contingência a partir de 15 de setembro e que permite a realização em todo o país de eventos de natureza corporativa em espaços adequados para o efeito, excecionando-os da regra que não permite a realização de celebrações e de outros eventos que impliquem uma aglomeração de pessoas em número superior a 10.



Consideram-se eventos corporativos as reuniões, congressos, exposições e feiras comerciais ou de artesanato, seminários, conferências ou eventos similares, organizados por entidades públicas ou privadas, destinados aos membros ou colaboradores da instituição organizadora ou abertos ao público ou a terceiros, seja mediante convite ou por inscrição aberta, com ou sem cobrança de qualquer quantia aos participantes ou expositores, que sejam realizados em espaços adequados para o efeito, sejam estes propriedade da entidade organizadora ou de terceiros.

O presente despacho não se aplica a reuniões internas de

uma organização ou empresa no contexto normal da sua atividade, como assembleias gerais ou reuniões dos seus órgãos de gestão e demais órgãos sociais, o que merece a discordância da CCP, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, cuja Direção a APCMC integra, as quais, como os demais eventos corporativos referidos, devem observar as regras gerais dos artigos 7.º a 9.º e 16.º da referida RCM, e elencadas no Despacho

Consulte o Despacho em
<https://dre.pt/application/file/a/143189617>

■ **PEDIDOS DE APOIO PARA PERÍODOS RETROATIVOS (MARÇO A AGOSTO)**

Estão disponíveis na Segurança Social Direta (SSD), entre os dias 23 e 30 de setembro, os formulários para realização de pedidos de apoio para períodos retroativos no âmbito do "Apoio extraordinário à redução da atividade económica" e da "Medida extraordinária de incentivo à atividade profissional" para Trabalhadores Independentes e para Membros de Órgãos Estatutários.

Este período excecional destina-se a possibilitar o acesso a estes apoios extraordinários aos trabalhadores independentes (TI) e/ou membros de órgãos estatutários (MOE) que, afetados na sua atividade económica pelos efeitos da pandemia COVID-19, nos períodos anteriores não conseguiram submeter os respetivos processos, ou não reuniam requisitos para a submissão das respetivas candidaturas.

QUEM PODE APRESENTAR PEDIDOS DE APOIO NO ÂMBITO DO "APOIO EXTRAORDINÁRIO À REDUÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA"

➤ **TRABALHADORES INDEPENDENTES:** Para o apoio referente aos meses de março a agosto – trabalhadores abrangidos exclusivamente pelo regime dos trabalhadores independentes e que não sejam pensionistas.

Além destes, os trabalhadores independentes que também estejam abrangidos pelo regime de trabalhadores por conta de outrem e não auferam, neste regime, mais do que o valor do IAS e que não sejam pensionistas, podem fazer o pedido de apoio para os meses de maio a agosto.

➤ **EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL:** Para o apoio referente aos meses de março a agosto – trabalhadores abrangidos exclusivamente pelo regime dos trabalhadores independentes e que não sejam pensionistas.

Além destes, os trabalhadores independentes que também estejam abrangidos pelo regime de trabalhadores por conta de outrem e não auferam, neste regime, mais do que o valor do IAS e que não sejam pensionistas, podem fazer o pedido de apoio para os meses de **MAIO A AGOSTO**.

Os Empresários em Nome Individual (ENI) devem requerer o apoio acedendo através da opção de Trabalhadores Independentes, disponível em "Emprego > MEDIDAS DE APOIO (COVID-19) > Apoio extraordinário à redução da atividade económica de Trabalhador Independente".

➤ **GERENTES E SÓCIOS-GERENTES** das micro e pequenas empresas, bem como os **MEMBROS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS (MOE) DE FUNDAÇÕES OU COOPERATIVAS** com funções equivalentes àqueles

Para o apoio referente aos meses de março a agosto – desde que não sejam pensionistas e que tenham enquadramento exclusivo no regime de MOE, ainda que em mais do que uma entidade empregadora.

A Segurança Social vai reanalisar oficiosamente todos os pedidos oportunamente efetuados, de acordo com as novas regras.

O Apoio extraordinário à redução da atividade económica é atribuído por um mês, prorrogável até ao máximo de 6 meses, a terminar até dezembro de 2020.

Quem pode apresentar pedidos de apoio no âmbito da “Medida extraordinária de incentivo à atividade profissional”

■ TRABALHADORES INDEPENDENTES

Para o apoio referente aos meses de maio a agosto – trabalhadores que, em março de 2020, se encontravam exclusivamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes, ou que estejam também abrangidos pelo regime de trabalhadores por conta de outrem e não auferam, neste regime, mais do que o valor do IAS, e que não sejam pensionistas e que:

- Tenham iniciado atividade há mais de 12 meses e não preencham as condições referidas no n.º 1 do artigo 26º do DL 10-A/2020, de 13 de março na sua redação atual; ou
- Tenham iniciado atividade há menos de 12 meses; ou
- Estejam isentos do pagamento de contribuições, por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 157º do Código dos Regimes Contributivos.

A Segurança Social vai reanalisar oficiosamente todos os pedidos oportunamente efetuados, de acordo com as novas regras.

A Medida extraordinária de incentivo à atividade profissional é atribuída por um mês, prorrogável até ao máximo de 3 meses, a terminar até dezembro de 2020.

Mais informação em http://www.seg-social.pt/noticias/-/asset_publisher/9N8j/content/abertura-de-periodo-extraordinario-de-pedidos-de-apoio

■ DOENÇA E ISOLAMENTO PROFILÁTICO

O Decreto-Lei 62-A/2020, de 3 de setembro, alterou pela 20.ª vez o Decreto-Lei 10-A/2020, de 13 de março, que consagra medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia, concretizando a adequada proteção na doença por COVID-19 aos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes do regime geral de segurança social aprovada pela Lei 27-A/2020, de 24 de julho.

Assim, em situação de doença motivada por COVID-19, tenham os beneficiários estado previamente ou não em situação de isolamento profilático, têm os mesmos direitos à atribuição de subsídio de doença igual a 100% da remuneração de referência, por um período máximo de 28 dias, sem necessidade de observância do período de espera, descontando-se a este limite, se for o caso, o período entretanto decorrido em isolamento profilático, com a obrigação de reavaliação da situação do doente a cada 14 dias, no máximo.

No período de doença posterior aos referidos 28 dias o sub-

sídio de doença devido é calculado de acordo com as percentagens ditas «habituais» (55% até 30 dias, 60% de 31 a 90 dias, 70% de 91 a 365 dias e 75% nos restantes dias).

■ CANDIDATURAS À MEDIDA ESTÁGIOS ATIVAR.PT

O IEFP estabeleceu o período de candidaturas à medida Estágios ATIVAR.PT, fixando-o entre os dias 1 de outubro e 18 de dezembro de 2020.



Recorde-se que a medida Estágios ATIVAR.PT se traduz num apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados através do desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho.

Os Estágios ATIVAR.PT, que substituem os Estágios Profissionais, reforçam a valorização das qualificações através da majoração das bolsas de estágio para os estagiários com qualificação acima do secundário. Além disso, é introduzido um conjunto de mecanismos transitórios (até 30 de junho de 2021) de resposta aos novos desempregados, com o alargamento do âmbito de elegibilidade dos destinatários da medida, passando assim a ser abrangidos candidatos até 35 anos (anteriormente apenas podiam ter até 30 anos), bem como as pessoas com mais de 35 anos se estiverem desempregadas há mais de seis meses (ao invés dos anteriores 12 meses).

Salienta-se, ainda que, também transitoriamente e até 30 de junho de 2021, a participação do IEFP na bolsa de estágio aumenta de 65% para 75% no regime geral e o prémio ao emprego, atribuído no caso da conversão de contratos de estágio em contratos sem termo, passa de um valor máximo de € 2.194 para € 3.072 no regime geral.

A empresa interessada apresenta a sua candidatura no portal do IEFP, devendo registar-se previamente caso ainda o não tenha feito.

MEDIDA ESTÁGIOS ATIVAR.PT
PERÍODOS DE CANDIDATURA EM 2020
1 DE OUTUBRO A 18 DE DEZEMBRO

■ **PRORROGAÇÃO DO REGIME DE PROTEÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS**

A Lei 58-A/2020, de 30 de setembro, prolongou até 31 de dezembro p.f. o regime de proteção dos inquilinos aprovado pela Lei 1-A/2020, de 19 de março.

Ficam assim suspensos até 31 de dezembro de 2020:

- a) A produção de efeitos das denúncias de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio;
- b) A caducidade dos contratos de arrendamento habitacionais e não habitacionais, salvo se o arrendatário não se opuser à cessação;
- c) A produção de efeitos da revogação, da oposição à renovação de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional efetuadas pelo senhorio;
- d) O prazo de 6 meses indicado no artigo 1053.º do Código Civil para restituição do prédio em caso de caducidade do arrendamento, se o termo desse prazo ocorrer durante o período de tempo em que vigorarem as referidas medidas;
- e) A execução de hipoteca sobre imóvel que constitua habitação própria e permanente do executado.

A suspensão depende porém do regular pagamento da renda devida nos meses de outubro a dezembro, salvo se o arrendatário estiver abrangido pelo regime de diferimento do pagamento das rendas previsto no artigo 8.º da Lei 4-C/2020, de 6 de abril.

A Lei permite ainda que possam ser apresentadas, até 31 de dezembro de 2020, candidaturas com vista ao apoio do IHRU previsto na Lei 4-C/2020 para as situações de mora no pagamento da renda devida, no âmbito da pandemia do Covid-19 e desde que se verifique a quebra de rendimentos.

■ **INCONSTITUCIONALIDADE — PREFERÊNCIA DO INQUILINO NA VENDA DE PRÉDIO**

Através do Acórdão 299/2020, de 18 de setembro, o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma do n.º 8 do artigo 1091.º do Código Civil, aditado pela Lei 64/2018, de 29 de outubro, que conferia ao arrendatário habitacional, nos termos previstos para o arrendatário de fração autónoma, o direito de preferência na compra e venda ou dação em cumprimento de parte de prédio constituído em regime de propriedade total ou não horizontal.

Dispõe o seguinte o artigo 1091.º:

- 1 - O arrendatário tem direito de preferência:
 - a) Na compra e venda ou dação em cumprimento do local arrendado há mais de dois anos, sem prejuízo do previsto nos números seguintes;
 - b) Na celebração de novo contrato de arrendamento, em caso de caducidade do seu contrato por ter cessado o direito ou terem findado os poderes legais de administração com base nos quais o contrato fora celebrado.
- 2 - O direito previsto na alínea b) existe enquanto não for exigível a restituição do prédio, nos termos do artigo 1053.º.
- 3 - O direito de preferência do arrendatário é graduado imediatamente acima do direito de preferência conferido ao proprietário do solo pelo artigo 1535.º.
- 4 - A comunicação prevista no n.º 1 do artigo 416.º é expedida por carta registada com aviso de receção, sendo o prazo de resposta de 30 dias a contar da data da receção.

5 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 416.º a 418.º e 1410.º, sem prejuízo das especificidades, em caso de arrendamento para fins habitacionais, previstas nos números seguintes.

6 - No caso de venda de coisa juntamente com outras, nos termos do artigo 417.º, o obrigado indica na comunicação o preço que é atribuído ao locado bem como os demais valores atribuídos aos imóveis vendidos em conjunto.

7 - Quando seja aplicável o disposto na parte final do n.º 1 do artigo 417.º, a comunicação referida no número anterior deve incluir a demonstração da existência de prejuízo apreciável, não podendo ser invocada a mera contratualização da não redução do negócio como fundamento para esse prejuízo.

8 - No caso de contrato de arrendamento para fins habitacionais relativo a parte de prédio não constituído em propriedade horizontal, o arrendatário tem direito de preferência nos mesmos termos previstos para o arrendatário de fração autónoma, a exercer nas seguintes condições:

- a) O direito é relativo à quota-parte do prédio correspondente à permutagem do locado pelo valor proporcional dessa quota-parte face ao valor total da transmissão;
- b) A comunicação prevista no n.º 1 do artigo 416.º deve indicar os valores referidos na alínea anterior;
- c) A aquisição pelo preferente é efetuada com afetação do uso exclusivo da quota-parte do prédio a que corresponde o locado.

9 - Caso o obrigado à preferência pretenda vender um imóvel não sujeito ao regime da propriedade horizontal, podem os arrendatários do mesmo, que assim o pretendam, exercer os seus direitos de preferência em conjunto, adquirindo, na proporção, a totalidade do imóvel em compropriedade.

■ **REFORMA POR VELHICE - PROFISSÕES DE DESGASTE RÁPIDO**

O Decreto-Lei 70/2020, de 16 de setembro, procedeu à eliminação do fator de sustentabilidade nos regimes especiais de antecipação da idade de pensão de velhice, permitindo que os trabalhadores que exercem profissões de desgaste rápido beneficiem do fim da utilização do fator de sustentabilidade no cálculo das suas pensões.

O diploma aplica-se aos pedidos de reforma antecipada apresentados desde 1 de janeiro de 2020 pelos trabalhadores dos seguintes regimes especiais:

- trabalhadores abrangidos por acordos internacionais na R. A Açores
- trabalhadores do interior das minas, das lavarias de minério e da extração ou transformação primária da pedra, incluindo a serragem e corte da pedra em bruto
- bordadeiras de casa na Madeira
- profissionais de bailado clássico ou contemporâneo
- trabalhadores portuários integrados no efetivo portuário nacional
- trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, SA



- controladores de tráfego aéreo
- pilotos comandantes e copilotos de aeronaves de transporte público comercial de passageiros, carga ou correio
- trabalhadores inscritos marítimos da marinha do comércio de longo curso, de cabotagem e costeira e das pescas
- trabalhadores inscritos marítimos que exercem atividade na pesca

■ **RELATÓRIO ÚNICO / 2019 ATÉ 31 OUTUBRO**

Decorre este ano, excepcionalmente, até 31 de outubro, o prazo de entrega, pelas empresas (empregadores), do Relatório Único relativo a 2019, documento que permite a identificação do empregador e seus estabelecimentos, volume de negócios, VAB, pessoas ao serviço, filiação sindical, prestação de trabalho suplementar, recurso a trabalhadores temporários e a prestadores de serviços, e que compreende vários Anexos:

- Anexo A - Quadro de pessoal (dados reportados a Outubro/2018)
- Anexo B - Fluxo de entrada ou saída de trabalhadores
- Anexo C - Formação contínua
- Anexo D - Atividade do serviço de segurança e saúde no trabalho
- Anexo E – Greves
- Anexo F – Prestadores de serviços (cujo preenchimento

se mantém opcional. Optando a empresa por não o preencher, deverá assinalar a resposta «Não» à questão «Existiram contratos de prestação de serviços em algum período do ano de referência do relatório?»)

No portal do Relatório Único já estão disponíveis, para além da função de consulta de IRCT, todos os documentos de apoio e suporte para o preenchimento e entrega do relatório (<https://www.relatoriounico.pt/ru/documents.seam>).

CCT OUTORGADO PELA APCMC

O CCT celebrado entre a APCMC e o SITESC e Outros para o setor, vulgo CCT – Comércio de Materiais de Construção, e demais dados necessários ao preenchimento do Anexo A (Quadro de Pessoal) mantêm as referências do passado, que são as seguintes:

- a) Código do CCT/IRCT: **26170**
- b) Publicação: **BTE, I SÉRIE, Nº 1, DE 08/01/2009** (o respetivo Regulamento de Extensão foi aprovado pela Portaria 663/2009, de 17 de Junho)
- c) Data de produção de efeitos da tabela salarial: **01/01/2008**
- d) Código da APCMC: **0099**

CCT – COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CÓDIGO 26170)

CÓDIGOS DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

0838	ANALISTA DE INFORMÁTICA	00325	GUARDA
29413	ASSENTADOR OU APLICADOR DE 1.	00328	INSPECTOR DE VENDAS
29414	ASSENTADOR OU APLICADOR DE 2.	04298	MAÇARIQUEIRO DE 1.
01085	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	04299	MAÇARIQUEIRO DE 2.
01086	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II	07062	MAÇARIQUEIRO DE 3.
18384	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III	00996	MECÂNICO DE 1.
00409	CAIXA	00997	MECÂNICO DE 2.
05909	CAIXA DE COMÉRCIO	00998	MECÂNICO DE 3.
00030	CAIXEIRO DE 1.	06324	MEDIDOR ORÇAMENTISTA
00031	CAIXEIRO DE 2.	32096	MONTADOR DE ANDAIMES/ESTRUTURAS
00032	CAIXEIRO DE 3.	16008	MONTADOR DE 1.
00033	CAIXEIRO ENCARREGADO	16026	MONTADOR DE 2.
00253	CANALIZADOR DE 1.	16050	MONTADOR DE 3.
00254	CANALIZADOR DE 2.	00478	MOTORISTA DE LIGEIOS
00255	CANALIZADOR DE 3.	00479	MOTORISTA DE PESADOS
00156	CARPINTEIRO DE 1.	00567	OFICIAL ELECTRICISTA
00157	CARPINTEIRO DE 2.	02209	OPERADOR DE MÁQUINAS
00642	CARPINTEIRO DE 3.	29416	OPERADOR/EMPREGADO DE ARMAZÉM
01690	CHEFE DE COMPRAS	03944	OPERÁRIO NÃO ESPECIALIZADO
00159	CHEFE DE EQUIPA	02131	ORÇAMENTISTA
00081	CHEFE DE SECÇÃO	09668	PEDREIRO/TROLHA DE 1.
00080	CHEFE DE SERVIÇOS	09669	PEDREIRO/TROLHA DE 2.
00411	CHEFE DE VENDAS	00488	PINTOR DE 1.
00524	COBRADOR	00489	PINTOR DE 2.
03444	CONTABILISTA/TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS	00490	PORTEIRO
00527	CONTINUO	00418	PROGRAMADOR DE INFORMÁTICA
11481	CORTADOR SERRADOR DE MATERIAIS (MET)	26243	QUADRO TÉCNICO SUPERIOR
00532	COZINHEIRO	01527	RECEPCIONISTA/TELEFONISTA
01661	DEMONSTRADOR	00217	SERRALHEIRO DE 1.
00536	DESENHADOR PROJECTISTA	00218	SERRALHEIRO DE 2.
00292	DIRECTOR DE SERVIÇOS	01530	SERRALHEIRO DE 3.
00034	DISTRIBUIDOR	00044	SERVENTE
02087	ECÓNOMO	01531	SOLDADOR DE 1.
24142	ELECTRICISTA PRE-OFICIAL DO 1. ANO	01532	SOLDADOR DE 2.
24143	ELECTRICISTA PRE-OFICIAL DO 2. ANO	01533	SOLDADOR DE 3.
00035	EMBALADOR	11288	TÉCNICO ADMINISTRATIVO
00870	EMPREGADO DE REFEITÓRIO	00843	TÉCNICO DE CONTABILIDADE
00023	ENCARREGADO	26897	TÉCNICO DE ENGENHARIA
00541	ENCARREGADO DE REFEITÓRIO	03356	TÉCNICO DE SECRETARIADO
00184	ENCARREGADO GERAL	29415	TÉCNICO DE VENDAS (C/COMISSÕES)
00684	ESTAGIÁRIO DO 1. ANO	29412	TÉCNICO DE VENDAS (S/COMISSÕES)
00685	ESTAGIÁRIO DO 2. ANO	00757	TESOUREIRO
28431	ESTAGIÁRIO DO 3. ANO	00101	TRABALHADOR DE LIMPEZA
00189	FIEL DE ARMAZÉM	96170	RESIDUAL (INCLUI IGNORADO)
29410	GERENTE COMERCIAL/LOJA		

FIM DOS ACORDOS INDIVIDUAIS DE BANCOS DE HORAS

Cessam no próximo dia 1 de outubro os acordos individuais de banco de horas celebrados antes de 1 de outubro de 2019, ao abrigo do artigo 208.º-A do Código do Trabalho (CT).

Termina com efeito nessa data o período transitório de um ano dado pela Lei 93/2019, de 4 de setembro, em vigor desde 1 de outubro de 2019, que revogou aquela disposição, aditada ao CT pela Lei 23/2012, de 25 de junho, em pleno tempo da «troika», como um instrumento de flexibilização da organização do trabalho.



O regime de trabalho em banco de horas continua a ser possível (se grupal, i. é, aplicado a um conjunto de trabalhadores, ou equipa, seção ou unidade económica) quando previsto em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (o CCT outorgado pela APCMC não o prevê) ou, sendo o IRCT omissivo, desde que aprovado em referendo pelos trabalhadores a abranger (art. 208.º e 208.º-B do CT).

No âmbito do banco de horas grupal aprovado em referendo, o período normal de trabalho pode ser aumentado até 2h/dia, atingindo as 50h/semana, com o limite de 150h/ano.

APP materiais
de construção

QR Code: App Materiais de Construção (Available on the App Store and Google Play)

Logos of construction materials companies:

- AMORIM CORK INSULATION, Argex, BANEMA, BMI, CIMPOR, CINCA, CLEARFRE, COPRAX S.A., CS
- DURAVIT, DYRUP, erix, FASSA BORTOLO, GEBERIT, GROHE, grupopuma, Gyptec, Iberfibran
- ILMAR, KERAKOLL, Leca, MAPEI, OLI, Onduline, PRECERAM, profilpos
- REFRAL, Roca, RUBI, rubicer, SECIL, SEDACOR, Sika, SONAE INDUSTRIA, SOPREMA
- SOUDAL, spit, TEKA, TEV2, UHU, Volcalis, weber

Smartphone screen showing the app interface:

- Materials de Construção
- Sobre a App MC
- EMPRESAS
- Directório 2020
- Revista MC
- Revista Obras
- APCMC
- Marcação CE
- Ordem dos Arquitectos...
- MATERIALON APCMC

■ IRC/IRS – MAIS-VALIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA 2020

A **PORTARIA 220/2020**, de 21 de setembro, aprovou os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos **BENS E DIREITOS ALIENADOS DURANTE O ANO DE 2020** (que não investimentos financeiros, exceto em imóveis e partes de capital), cujo valor deva ser atualizado nos termos dos artigos 47.º do CIRC e 50.º do CIRS, para efeitos de determinação da matéria coletável dos referidos impostos.

Lembramos que, para efeito de determinação das mais-valias ou das menos-valias resultantes da alienação (transmissão onerosa) de elementos do ativo imobilizado – as quais correspondem à diferença entre os respetivos valores de realização, líquido de encargos, e de aquisição, deduzido das reintegrações e amortizações praticadas (...) –, dispõe o artigo 47.º do CIRC que o valor de aquisição (...) deve ser atualizado mediante aplicação de coeficientes para o efeito publicados, sempre que, à data da realização, tenham decorrido pelo menos 2 anos desde a data de aquisição, sendo o valor dessa correção monetária deduzido para efeito de determinação do lucro tributável.

Ano	Coefficiente	Ano	Coefficiente
Até 1903	4789,00	1980	10,87
De 1904 a 1910	4458,00	1981	8,89
De 1911 a 1914	4275,72	1982	7,38
1915	3804,08	1983	5,91
1916	3113,66	1984	4,58
1917	2485,63	1985	3,84
1918	1773,42	1986	3,47
1919	1359,13	1987	3,18
1920	898,05	1988	2,86
1921	585,95	1989	2,57
1922	433,94	1990	2,30
1923	265,56	1991	2,03
1924	223,55	1992	1,87
De 1925 a 1936	192,68	1993	1,73
De 1937 a 1939	187,12	1994	1,65
1940	157,46	1995	1,58
1941	139,85	1996	1,54
1942	120,74	1997	1,52
1943	102,82	1998	1,47
De 1944 a 1950	87,27	1999	1,45
De 1951 a 1957	80,07	2000	1,42
De 1958 a 1963	75,29	2001	1,33
1964	71,96	2002	1,28
1965	69,30	2003	1,24
1966	66,23	21004	1,22
De 1967 a 1969	61,93	2005	1,20
1970	57,35	2006	1,16
1971	54,58	2007	1,14
1972	51,03	2008	1,10
1973	46,39	2009	1,12
1974	35,58	2010	1,10
1975	30,40	2011	1,06
1976	25,46	De 2012 a 2015	1,03
1977	19,51	2016	1,02
1978	15,28	2017	1,01
1979	12,06	2018 e 2109	1,00

De 1989 até à data (2020) foram publicadas as seguintes portarias, para os bens e direitos alienados em:

2020: Portaria 220/2020, de 21/9	2004: Portaria 376/2004, de 14/4
2019: Portaria 362/2019, de 9/10	2003: Portaria 287/2003, de 3/4
2018: Portaria 317/2018, de 11/12	2002: Portaria 553/2002, de 3/6
2017: Portaria 326/2017, de 30/10	2001: Portaria 1040/2001, de 28/8
2016: Portaria 316/2016, de 14/12	2000: Portaria 390/2000, de 10/
2015: Portaria 400/2015, de 6/11	1999: Portaria 393/99, de 29/5
2014: Portaria 281/2014, de 30/12	1998: Portaria 280/98, de 6/5
2013: Portaria 376/2013, de 30/12	1997: Portaria 222/97, de 2/4
2012: Portaria 401/2012, de 6/12	1996: Portaria 107/96, de 10/4
2011: Portaria 282/2011, de 21/10	1995: Portaria 388/95, de 21/4
2010: Portaria 785/2010, de 23/8	1994: Portaria 277/94, de 10/5
2009: Portaria 772/2009, de 21/7	1993: Portaria 470/93, de 5/5
2008: Portaria 362/2008, de 13/5	1992: Portaria 395/92, de 12/5
2007: Portaria 768/2007, de 9/7	1991: Portaria 332/91, de 1/4
2006: Portaria 429/2006, de 3/5	1990: Portaria 240/90, de 4/4
2005: Portaria 488/2005, de 20/5	1989: Portaria 237/89, de 30/3

O mesmo se diga para efeito de determinação do rendimento sujeito a IRS, atento o disposto no artigo 50.º do respetivo Código.

■ IRS E IRC – PAGAMENTO DE DÍVIDAS EM PRESTAÇÕES

Tendo em consideração a atual situação de pandemia e os efeitos da mesma decorrentes, o Secretário do Estado dos Assuntos Fiscais, via Despacho n.º 8844-B/2020, de 11 de setembro (D.R. de 14/9), determinou à AT que disponibilize oficiosamente aos contribuintes de IRS e IRC a faculdade de pagamento em prestações, sem necessidade de prestação de garantia, de dívidas de valor igual ou inferior, respetivamente, a € 5000 e € 10 000, independentemente da apresentação do pedido, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- A dívida se encontre em fase de cobrança voluntária;
- O sujeito passivo não seja devedor de quaisquer tributos administrados pela AT;
- A dívida se vença até 31 de dezembro de 2020.

O plano prestacional é criado pela AT quando se mostre findo o prazo para solicitar o pedido de pagamento em prestações, equivalendo àquele pedido o pagamento da primeira prestação, sendo o n.º de prestações, de 2 a 12, definido por referência ao previsto na tabela anexa ao n.º 4 do artigo 34.º-A do Decreto-Lei 492/88, de 30 de dezembro.

O pagamento da 1.ª prestação ocorre até ao fim do mês seguinte ao da criação do plano pela AT e o pagamento das prestações seguintes até ao final do mês correspondente.

AAT procede à notificação dos contribuintes dos planos prestacionais ora criados, que deverão obter o documento para pagamento de cada prestação (referência de pagamento) através do Portal das Finanças.

■ IVA – TAXA INTERMÉDIA PARA BAIXOS CONSUMOS DE ELETRICIDADE

O Decreto-Lei 74/2020, de 24 de setembro, aditou à Lista II anexa ao Código do IVA uma nova verba (2.8), reduzindo da taxa normal para a taxa intermédia de IVA, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2020, o fornecimento de eletricidade para consumo (com exclusão das suas componentes fixas) relativamente a uma potência contratada até 6,90 kVA e na parte que não exceda 100 kWh por período de 30 dias;

A partir de 1 de março de 2021, a taxa intermédia aplica-se na parte do consumo que não exceda 150 kWh por período de 30 dias efetuado por famílias numerosas, sendo como tais consideradas os agregados familiares constituídos por 5 ou mais pessoas.

Portaria a publicar definirá o regime a que deve obedecer a aplicação da verba, nomeadamente no que respeita à eletricidade adquirida para consumo de famílias numerosas, ao seu apuramento em tarifas multi-horárias ou regras aplicáveis ao cálculo da proporção dos limites de consumo para os casos em que se verifiquem períodos inferiores ou superiores a 30 dias.

■ PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS

OUTUBRO

WWW.PORTALDASFINANCAS.GOV.PT

NOTA: ESTA INFORMAÇÃO NÃO INCLUI AS ALTERAÇÕES, PRORROGAÇÕES, DIFERIMENTOS E MEDIDAS DE NATUREZA SIMILAR RELATIVAS A OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS E DE PAGAMENTO DE NATUREZA FISCAL E CONTRIBUTIVA APROVADAS NO ÂMBITO DO COMBATE AO COVID-19, QUE SÃO OBJETO DE INFORMAÇÃO AUTÓNOMA

SUMÁRIO

ATÉ AO DIA 12

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - DECLARAÇÃO PERIÓDICA (AGO.20)
- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - ENTREGA DE DECLARAÇÕES (SET.20)
- IRS - DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES AT (SET.20)
- IVA - COMUNICAÇÃO À AT DAS FATURAS EMITIDAS EM SET.20

ATÉ AO DIA 15

- IVA - PERIODICIDADE MENSAL - PAGAMENTO (AGO.20)

ATÉ AO DIA 20

- SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL - PAGAMENTO (SET.20)
- SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES - PAGAMENTO (SET.20)
- FUNDO DE COMPENSAÇÃO - PAGAMENTO (SET.20)
- IRC/IRS - RETENÇÕES NA FONTE (SET.20)
- SELO - PAGAMENTO DO RELATIVO A SET.20
- IVA - DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA - REGIMES MENSAL E TRIMESTRAL

ATÉ AO DIA 31

- IUC - PAGAMENTO - VEÍCULOS C/ ANIVERSÁRIO DE MATRÍCULA EM OUT.20
- IRC / 2020 - 2.ª PRESTAÇÃO DO PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA
- IVA - OPÇÃO PELO REGIME DE IVA DE CAIXA
- SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES - DECLARAÇÃO TRIMESTRAL

www.portaldasfinancas.gov.pt

Disclaimer – Este texto é meramente informativo, não é exaustivo, não dispensa a consulta dos textos legais ou o cumprimento de outras obrigações previstas em disposições legislativas, regulamentares ou administrativas, não responsabilizando a Autora.

Nota: Esta informação não inclui as alterações, prorrogações, diferimentos e medidas de natureza similar relativas a obrigações declarativas e de pagamento de natureza fiscal e contributiva aprovadas no âmbito do combate ao COVID-19, que são/foram objeto de informação autónoma

■ ATÉ AO DIA 12

IVA – PERIODICIDADE MENSAL – DECLARAÇÃO PERIÓDICA

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem proceder à entrega, via Internet, da declaração periódica relativa ao IVA apurado no mês de **AGOSTO DE 2020**, acompanhada dos anexos que forem devidos.

SEGURANÇA SOCIAL – REGIME GERAL – DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Deve ser entregue a declaração de remunerações relativa ao mês de **SETEMBRO DE 2020**, exclusivamente através da Segurança Social Direta, incluindo pelo empregador que seja pessoa singular e com apenas um trabalhador ao seu serviço.

IRS - DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES (AT)

As entidades que pagaram ou colocaram à disposição de residentes em território português, em **SETEMBRO DE 2020**, rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos ou excluídos de tributação, nos termos dos artigos 2º e 12º do CIRS, devem proceder ao envio, pela Internet, da Declaração Mensal de Remunerações (AT) para comunicação de tais rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e quotas de saúde sindicais.

Estão **DISPENSADAS DESTA OBRIGAÇÃO** as entidades que não exerçam atividades empresariais ou profissionais ou, exer-

cendo-as, tais rendimentos não se relacionem exclusivamente com essas atividades, as quais podem optar por declarar tais rendimentos na declaração anual modelo 10.

IVA – COMUNICAÇÃO DAS FATURAS À AT

Os sujeitos passivos de IVA são obrigados a comunicar à AT, por via eletrónica, os elementos das faturas que emitiram em **SETEMBRO DE 2020**.

■ ATÉ AO DIA 15

IVA – PERIODICIDADE MENSAL – PAGAMENTO

Os sujeitos passivos enquadrados no regime normal de periodicidade mensal devem, se for caso disso, proceder ao pagamento do IVA apurado no mês de **AGOSTO DE 2020**.

■ ATÉ AO DIA 20

SEGURANÇA SOCIAL – REGIME GERAL – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **SETEMBRO DE 2020**.

SEGURANÇA SOCIAL – INDEPENDENTES – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das contribuições relativas ao mês de **SETEMBRO DE 2020**.

FUNDO DE COMPENSAÇÃO – PAGAMENTO

Deve ser efetuado o pagamento das entregas devidas ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) relativas a **SETEMBRO DE 2020**.

IRS/IRC – RETENÇÕES NA FONTE

Deve ser declarado através da Internet e entregue o IRS retido pelas entidades que, possuindo ou devendo possuir contabilidade organizada, atribuíram no mês de **SETEMBRO DE 2020** rendimentos enquadráveis nas **CATEGORIAS B** (empresariais e profissionais), **E** (capitais) e **F** (prediais).

Também as entidades, com ou sem contabilidade organizada, que tenham pago ou colocado à disposição no mês de **SETEMBRO DE 2020** rendimentos enquadráveis nas **CATEGORIAS A** (trabalho dependente) e **H** (pensões), deverão declarar pela mesma via e entregar o IRS retido na fonte.

O mesmo se diga para as importâncias retidas no mês de **SETEMBRO DE 2020** sobre rendimentos sujeitos a IRC.

IMPOSTO DO SELO – PAGAMENTO

Deve ser declarado através da Internet e entregue pelas empresas e outras entidades sobre quem recaia tal obrigação o imposto do selo liquidado no mês de **SETEMBRO DE 2020**.

IVA – DECLARAÇÃO RECAPITULATIVA – TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS

Deve ser entregue a Declaração Recapitulativa, via Internet, pelos sujeitos passivos do regime normal de periodicidade mensal que em **SETEMBRO DE 2020** efetuaram transmissões



intracomunitárias de bens e ou prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Também os sujeitos passivos isentos ao abrigo do art.º 53º do CIVA que tenham efetuado prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados Membros, em **SETEMBRO DE 2020** quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6.º do CIVA, devem proceder à entrega da Declaração Recapitulativa, via Internet.

■ ATÉ AO DIA 31

IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

Deve ser liquidado e pago o Imposto Único de Circulação (IUC) relativo a 2020 pelos veículos cujo aniversário de matrícula ocorra no mês de **OUTUBRO**.

A liquidação do IUC é efetuada pelo próprio sujeito passivo através da Internet (obrigatório para as pessoas coletivas), podendo também sê-lo em qualquer serviço de finanças, em atendimento ao público (neste caso, até 2 de novembro).

IRC / 2020 – 2.ª PRESTAÇÃO PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA

Os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola, e os não residentes com estabelecimento estável no país que decidiram em março passado efetuar o pagamento especial por conta relativo ao exercício fiscal em curso em prestações, devem agora proceder ao pagamento da 2.ª prestação, em valor igual ao da 1.ª.

Estão dispensados do PEC os SP que não efetuem o pagamento até 31 de março, desde que tenham cumprido as obrigações declarativas previstas nos artigos 120.º e 121.º (IES/DA e declaração mod. 22) relativas aos 2 períodos de tributação anteriores, estando ainda dispensados os SP de

IRC que iniciem em 2020 ou tenham iniciado em 2019 a sua atividade, os SP do regime simplificado, os que tenham deixado de efetuar vendas ou prestações de serviços e tenham entregado a correspondente declaração de cessação de atividade, os que se encontrem com processos no âmbito do CIRE e, ainda, os SP totalmente isentos de IRC, ainda que a isenção não inclua rendimentos que sejam sujeitos a tributação por retenção na fonte com carácter definitivo.

IVA – OPÇÃO PELO «REGIME DE IVA DE CAIXA»

Os sujeitos passivos de IVA que possam e pretendam optar pela aplicação do «Regime de IVA de Caixa» a partir de 1 de janeiro de 2021 devem comunicar à AT tal opção, por via eletrónica (área reservada do portal).

O «Regime de IVA de caixa» é facultativo, a ele podendo aderir apenas os sujeitos passivos de IVA com volume de negócios igual ou inferior a € 500.000 no ano anterior, que não exerçam exclusivamente uma atividade isenta prevista no artigo 9.º do CIVA e que não estejam enquadradas no regime de isenção previsto no artigo 53.º ou no regime especial dos pequenos retalhistas.

SEGURANÇA SOCIAL - INDEPENDENTES

- DECLARAÇÃO TRIMESTRAL

Os trabalhadores independentes (TI) sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva devem proceder à declaração, através da área reservada da segurança social direta, dos valores totais dos rendimentos associados à produção e venda de bens e à prestação de serviços relativos ao 3.º trimestre de 2020 (passíveis de correção/substituição até ao 15 de novembro).

Lembramos que os TI devem proceder até ao último dia dos meses de abril, julho, outubro e janeiro à declaração (trimestral) dos rendimentos auferidos no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres, respetivamente.

A declaração trimestral deve ainda ser apresentada imediatamente antes da suspensão ou cessação da atividade.

■ SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - PROTOCOLO COM A MEDIMARCO

A APCMC e a MEDIMARCO celebraram um protocolo com o objetivo de disponibilizar às empresas associadas a prestação de serviços externos de saúde e segurança no trabalho, com qualidade e em condições mais competitivas.

A Medimarco assegura a prestação de serviços de saúde e segurança em todo o país, devendo as empresas interessadas solicitar o seu contacto em <http://medifidelis.com/apcmc.html>.



CONSIGO EM TODAS AS VERTENTES DA VIDA

A cooperação entre a APCMC e a MEDIMARCO surge no sentido de proporcionar às Empresas do nosso Setor a prestação de serviços externos de Saúde e Segurança no Trabalho, que serão assegurados diretamente pela Medimarco através de condições únicas e em conformidade com a lei e com as informações técnicas da DGS e da ACT.

<http://medifidelis.com/apcmc.html>



■ SISTEMA INTERNACIONAL DE UNIDADES

O Decreto-Lei 76/2020, de 25 de setembro, transpõe para o Direito nacional a Diretiva (UE) 2019/1258, de 23 de julho, adaptando ao progresso técnico as novas definições das unidades de base do Sistema Internacional de Unidades (SI), sistema utilizado em todo o mundo como sistema de unidades universal e coerente em todos os aspetos da vida e como linguagem da ciência, da tecnologia, da indústria e do comércio, e que define os nomes, símbolos e definições das unidades de medida, bem como os prefixos e os símbolos dos múltiplos e submúltiplos das mesmas unidades e que contempla ainda recomendações para a respetiva escrita e a utilização dos símbolos aprovados pela Conferência Geral de Pesos e Medidas (CGPM).

O diploma entrou em vigor no dia seguinte e revogou o Decreto-Lei 238/94, de 19 de setembro, que consagrava o anterior SI, aplica-se a todo o território nacional e abrange os instrumentos de medição, as medições efetuadas e as unidades de grandeza expressas em unidades de medida, no circuito comercial, nos domínios da saúde, da segurança pública, do ensino, da formação e nas operações de natureza administrativa e fiscal, não afetando, porém, a utilização, no domínio da navegação aérea e marítima e do tráfego por via-férrea, de unidades de medida diversas das unidades de medida legais, previstas por convenções ou acordos internacionais que vinculam a União Europeia ou Portugal.

O diploma pode ser consultado em <https://dre.pt/application/file/a/143745978>.

■ PROIBIDO DEITAR BEATAS PARA O CHÃO

A Lei 88/2019, de 3 de setembro, proibiu o descarte em espaço público de pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros contendo produtos de tabaco, aprovando ainda medidas para que tais resíduos, equiparados a resíduos sólidos urbanos, sejam adequadamente depositados, recolhidos e tratados.

Atirar «beatas» para o chão passou, assim, desde o passado dia 4 de setembro, a constituir contraordenação, punível com coima de € 25 a € 250.

A CONHECIDA «LEI DAS BEATAS» TAMBÉM OBRIGA OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, designadamente, de restauração e bebidas, os estabelecimentos onde decorram atividades lúdicas e todos os edifícios onde é proibido fumar

* a dispor de cinzeiros

* e de equipamentos próprios para a deposição dos resíduos indiferenciados e seletivos produzidos pelos seus clientes, nomeadamente recipientes com tampas basculantes ou outros dispositivos que impeçam o espalhamento de resíduos em espaço público

* bem como a proceder à limpeza dos resíduos produzidos nas áreas de ocupação comercial e numa zona de influência num raio de 5 m,

sob pena de coima de € 250 a € 1500!!!

Como é (mau) costume e exemplo, continua o governo sem cumprir as obrigações que a lei lhe impõe... (criação de um sistema de incentivos, no âmbito do Fundo Ambiental, para os estabelecimentos se adaptarem ao cumprimento da obrigação de disponibilização de cinzeiros e equipamentos pró-

prios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco; promoção de campanhas de sensibilização dos consumidores para o destino responsável dos resíduos de tabaco, nomeadamente, pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros; desenvolvimento de ações de sensibilização dirigidas aos responsáveis por estabelecimentos comerciais (...) e outros onde é comum haver o consumo de produtos de tabaco)...

Ao que sabemos, pesem as insistências da CCP, o governo continua a descartar responsabilidades nesta matéria, quer do ponto de vista da campanha que deveria realizar, quer do ponto de vista das obrigações previstas, que, na nossa opinião, são um verdadeiro disparate se levadas à letra (letra que, porém, parece clara e não deixa margem para dúvidas...).

A ASAE, nas FAQ's sobre esta «Lei das Beatitas» (<https://www.asae.gov.pt/perguntas-frequentes1/faqs-beatitas.aspx#1>), refere que a deposição de beatitas, em princípio, deve ser efetuada em cinzeiros e equipamentos próprios para a deposição de resíduos de produtos de tabaco, mas que não existe nenhuma norma a determinar a obrigatoriedade destes resíduos serem colocados apenas nestes equipamentos, pelo que não está afastada a sua colocação noutros equipamentos onde são colocados os resíduos indiferenciados, tanto mais que, tratando-se de resíduos equiparados a resíduos urbanos, devem seguir o mesmo regime no que respeita à sua gestão.

■ BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO

O Decreto-Lei 63/2020, de 7 de setembro, aprovou o regime de atividade e funcionamento do Banco Português do Fomento, SA, (BPF) e os respetivos Estatutos, banco que se constitui através da fusão da PME Investimentos - Sociedade de Investimento, S.A, e da IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, SA, na SPGM - Sociedade de Investimento, SA.



O BPF tem o capital social de € 255.000.000,00, sendo acionistas o Estado (41,285%), IAPMEI (47,015%), Turismo de Portugal (7,93%) e AICEP (3,77%).

O BPF tem como objeto todas as atividades que por lei são permitidas às sociedades financeiras, designadamente:

a) O conjunto de operações financeiras e a prestação de serviços conexos que, por lei, são permitidos às sociedades financeiras, em particular os que visem a melhoria das condições de financiamento de entidades do setor não financeiro, de forma a impulsionar o investimento, o desenvolvimento, a inovação, a coesão territorial, a neutralidade carbónica, a economia circular, a sustentabilidade ambiental e a reestruturação empresarial, incluindo, a saber:

i) A realização de operações de crédito, incluindo a con-

cessão de garantias bancárias e outros compromissos;
ii) A tomada de participações no capital de sociedades e fundos de investimento (...), promovendo o lançamento de novas empresas e a recuperação e revitalização de outras;

iii) A subscrição e aquisição de valores mobiliários, bem como participação na tomada firme e em qualquer outra forma de colocação de emissões de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos;

iv) A consultoria de empresas em matéria de estrutura de capital, de estratégia e de questões conexas, bem como a consultoria e os serviços no domínio da fusão e compra de empresas;

b) A gestão do Fundo de Contragarantia Mútuo, exercendo todas as competências que aí lhe são conferidas;

c) A administração de qualquer tipo de fundos de investimento, incluindo os previstos em legislação especial, bem como de outros fundos autónomos ou de instrumentos de natureza análoga;

d) A atuação como Agência de Crédito à Exportação, de acordo com mandato específico a atribuir pelo Estado;

e) A administração dos instrumentos financeiros públicos de apoio à exportação e internacionalização e dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e à orientação do investimento empresarial e à criação de emprego;

f) A administração de garantias de Estado que lhe sejam atribuídas por mandato específico; e

g) A organização, em favor de instituições de crédito e sociedades financeiras a operar no mercado, de operações de obtenção de recursos financeiros junto de outras entidades, nacionais ou estrangeiras.

Pode, nos termos previstos na legislação aplicável, exercer outras atividades para além das previstas no número anterior, que sejam consideradas acessórias ou complementares daquelas, nomeadamente a prestação e aquisição dos seguintes serviços:

a) Serviços técnicos de administração e gestão às suas entidades participadas;

b) Serviços de consultoria e de capacitação às suas entidades participadas;

c) Bens e serviços em nome, por conta ou em benefício das suas entidades participadas; e

d) Instituição e gestão de plataformas de cooperação de partilha de conhecimento em rede entre o BPF e as suas participadas.

■ SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS — COMÉRCIO E INSTALAÇÃO

A Portaria 208/2020, de 1 de setembro, alterou e republicou a Portaria 773/2009, de 21 de julho, que aprovou o procedimento de registo na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) das entidades que exerçam a atividade de comercialização, instalação e ou manutenção de equipamentos e sistemas de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE).

Lembramos que o SCIE, aprovado pelo Decreto-Lei 222/2008, de 12 de novembro, estabelece que tais atividades só pode ser efetuadas por entidades registadas na ANEPC (o registo é efetuado por via eletrónica, no portal de serviços públicos eportugal).

Os equipamentos e sistemas de SCIE em causa são os seguintes:

a) Portas e envidraçados resistentes ao fogo e ao fumo e seus acessórios;

b) Sistemas de compartimentação com qualificação de resistência ao fogo e ao fumo, e respetivos acessórios, e produtos de proteção contra o fogo por isolamento térmico;

c) Sistemas automáticos e dispositivos autónomos de deteção de incêndio e de deteção de gases;

d) Sistemas e dispositivos de controlo de fumo;

e) Extintores;

f) Sistemas de extinção por água;

g) Sistemas de extinção automática por agentes distintos da água e água nebulizada;

h) Sinalização de segurança

i) Sistemas e dispositivos de controlo de poluição de ar;

j) Iluminação de emergência;

k) Instalações de para-raios;

l) Sinalização ótica para a aviação.



[HTTPS://WWW.IFORMA.PT/](https://www.iforma.pt/)

COMO CONTINUAR ATIVO NO MERCADO?

MS EXCEL — AVANÇADO

Objetivos: No final da ação, os formandos devem melhorar o desempenho organizacional e trabalhar de forma mais desenvolvida em folhas de cálculo do Ms Excel.

7, 9, 12 e 14 de outubro 2020

GESTÃO DE EQUIPAS E GESTÃO DE VENDAS — COMO FOCAR AS EQUIPAS EM SOLUÇÕES

Vivemos uma “nova realidade”, as equipas tem de se adaptar sem perder o foco. Conheça as técnicas para que a sua equipa permaneça ativa e focada em RESULTADOS.

12 e 16 de outubro 2020

MS WORD — AVANÇADO

Objetivos: No final da ação, os formandos devem melhorar o desempenho organizacional e trabalhar de forma mais desenvolvida documentos do Ms Word.

20, 22, 27, 29 outubro 2020

GESTÃO DE TESOURARIA EM TEMPO DE CRISE

Planificar a tesouraria e definir um orçamento. Metodologias de testes e ajustamentos a diferentes cenários. Descrição de instrumentos de mitigação de risco e de financiamento a picos de necessidade de fundo de maneo.

21 e 23 de outubro 2020